

EDUCAÇÃO DO CAMPO E UNIVERSIDADE: O que podemos aprender com nossas práticas?

FIELD EDUCATION AND UNIVERSITY: What may we learn with our practices?

Cesar De David

Professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria
Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Território
cdedavid2009@gmail.com

Resumo

Este texto visa discutir o contexto da Educação do Campo e o que a Universidade, e em particular os cursos de licenciatura, tem a aprender com essas práticas. Buscamos socializar experiências e vivências em Educação do Campo como possibilidade de pensar de forma articulada os caminhos da formação inicial de professores. Fundamentados na pesquisa-ação, o Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET), da UFSM realiza projetos de extensão universitária junto às Escolas do Campo, no âmbito da formação continuada dos educadores. O desenvolvimento de oficinas, palestras, cursos e seminários de formação pedagógica aos educadores e educadoras e os estágios curriculares e extracurriculares para os acadêmicos dos cursos de licenciatura resultam em formação integral e diferenciada aos acadêmicos dos cursos de licenciatura e aos educadores e educandos das Escolas do campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Formação continuada. Universidade. Espaço Rural. Escola.

Abstract

This text aims to discuss the context of the Field Education and what the University specially the licentiate courses, have to learn from these practices. It seeks to socialize experiences on Field Education as possibility of thinking in an articulated manner, the ways of the initial teacher's education. Based on research-action, the Research Group in Education and Territory (GPET) of the Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), achieves university extension projects with the Field Schools, under the continuing education of teachers. The development of workshops, lectures, courses and seminars of teacher training to the educators and the curricular and extracurricular internship to the students of the licentiate courses results in integral and differential education to the students of the licentiate courses and to the educators and students of the Field School.

Key words: Field Education. Continuing Education. University. Rural Space. School

Introdução

Este texto objetiva pensar a Educação do Campo a partir da Universidade – o que por si só já coloca um desafio: a educação do campo é pensada pelos sujeitos do campo ou com sua participação. Assim, refletimos a formação dos educadores em nossos cursos de licenciatura a partir do diálogo que estabelecemos com as distintas comunidades escolares onde, alguns deles, provavelmente irão trabalhar. Nesse sentido, oportunizar a reflexão e a prática em realidades educacionais diferenciadas (como é o caso das Escolas do Campo e da educação em Movimentos Sociais) é uma das possibilidades de romper com a educação convencional, ainda presente nos ambientes acadêmicos.

Nossos objetivos neste texto são problematizar o contexto da Educação do Campo e os desafios da formação docente; socializar experiências e vivências da Educação do Campo como forma de refletir sobre a prática docente em ambientes educacionais diferenciados e na Universidade.

Contribuir para a formação contínua e permanente dos seus educadores, trocando saberes e experiências entre os sujeitos envolvidos é um dos compromissos da universidade pública. É a partir desse pressuposto que vem sendo desenvolvidas as atividades do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET), da Universidade Federal de Santa Maria, em uma trajetória que é marcada pela expressiva extensão universitária. O grupo busca a inserção do debate sobre as temáticas da questão agrária, da educação popular, da educação no/do campo e dos movimentos sociais no universo acadêmico, estimulando a reflexão e a problematização acerca dos agentes sociais na contemporaneidade, bem como suas relações de poder demarcadas nos territórios.

Busca-se a consolidação da prática implícita na concepção freiriana, a qual indica os caminhos a seguir, pautados na dialogicidade e na problematização educador-educando e educando-educador em que ambos desenvolvem uma postura crítica frente ao mundo e ao conhecimento. Desta ação, constrói-se o processo de aprendizagem, em que “só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas” (Freire, 2002, p. 28).

Desta forma, compreende-se a importância do diálogo e da comunicação com as comunidades rurais e com os movimentos sociais em vista da construção do saber. Com essa concepção nascem os primeiros projetos, que posteriormente consolidam a história do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET), um espaço fecundo de novas aprendizagens, conhecimentos tecidos no cotidiano das classes populares que raramente são contemplados pelo ensino acadêmico; saberes que ultrapassam a dimensão metodológica ou científica e alcançam a dimensão dos sentidos existentes nas vivências dos educandos e das comunidades. Destacamos que, da troca de experiências entre educadores, educandos, acadêmicos e docentes, emergem ações dialógicas e colaborativas, baseadas na solidariedade. Assim, esse espaço pode oportunizar, no processo de formação de professores, o contato com ambientes escolares e realidades sociais diferenciadas, constituindo-se em um espaço/tempo alternativo e de avaliação permanente das relações de ensino/aprendizagem.

As universidades públicas têm desenvolvido, nas últimas décadas, importantes ações que socializam conhecimentos, metodologias e tecnologias produzidos em seu interior para as populações urbanas, sobretudo das grandes cidades. Por outro lado, são ainda limitadas as ações implementadas que visam oferecer essa produção à população do campo, ainda carente de políticas públicas no âmbito da educação. Com esse objetivo produzimos esse texto que colocamos em debate.

Contextualizando o que entendemos por Educação do Campo

Neste trabalho, quando falamos em Educação do Campo estamos falando mais de um projeto do que de uma realidade factual. Em grande medida, ainda carecemos no campo brasileiro de uma escola que:

- Considere as relações específicas tecidas no cotidiano da vida no campo, as atividades que envolvem os seres que trabalham as culturas produzidas pelos homens e mulheres nesse espaço-tempo diferenciado, constantemente alterado e mediado pela técnica e que pode ou não ser ambientalmente sustentável;

- O reconheça em suas peculiaridades – sua dinâmica, sua economia, sua cultura, sua diversidade, suas relações, suas problemáticas, seus conflitos, suas contradições –

trazendo-as para o seu currículo – ponto de partida para a significação dos saberes, estabelecendo conexões entre o lugar e o mundo.

Historicamente, no Brasil, a educação do campo é uma construção coletiva, surgida a partir dos movimentos sociais de luta pela terra. O movimento torna-se o próprio espaço-tempo pedagógico e a educação alça-se a bandeira de luta, juntamente com a terra, a dignidade e a cidadania.

Nesse sentido, as vivências no cotidiano do acampamento, as marchas, as místicas e outras formas de ação e de discussão, representam espaços de análise e reflexão sobre a sociedade e o processo de exclusão decorrente da lógica dominante do sistema de produção capitalista.

O princípio educativo desta pedagogia é o próprio movimento. Movimento e educação estabelecem uma relação recíproca e articulada à história e à cultura do direito à terra e a permanência nela, na condição de viver os aprendizados coletivos e, a partir deles, construir conhecimentos novos e ressignificar suas vivências cotidianas (Caldart, 2001).

Apesar do projeto comum da escola, é assegurado que cada educador tem seu jeito próprio de ser, relacionado com o movimento. Esse aspecto garante que cada um deles traga para a sua ação a sua própria historicidade. Os educadores assumem seus valores: a militância social ativa e criativa, a educação como possibilidade de transformação social – a pedagogia da ação, a construção de outra sociedade e de outro mundo. Compreendem que educar é mais que ensinar, que é necessário reeducar-se constantemente enfrentando os desafios que a pedagogia gestada no movimento lhes apresentam.

A educação tem por finalidade a humanização das pessoas e a escola é entendida como um espaço de formação humana. O Projeto Político-Pedagógico das escolas tem como princípio educativo construir o ser humano voltado para a luta cotidiana pela terra, pela dignidade e cidadania. O educador socialmente comprometido tem o conhecimento e a vivência do movimento e do mundo para a efetivação da sua atividade pedagógica. A partir desse conhecimento torna-se possível a compreensão crítica dos conteúdos, a interlocução destes com o mundo da vida, transformando-os em instrumentos para libertação e para a transformação, nas palavras de Paulo Freire, para a emancipação humana.

Tendo por referência a educação gestada e produzida nos movimentos sociais populares – em suas práticas pedagógicas diversas, formais e não-formais – que se construiu o que entendemos como Educação do Campo, uma educação ao mesmo tempo universal e própria aos povos do campo e que “se constituiria num conteúdo, numa agenda comum de sujeitos diversos” (MUNARIM, 2008: p. 61).

Essa concepção e esse projeto de Educação do Campo foram logo assumidos pelos setores ligados a pedagogia popular das universidades, servindo para orientar suas práticas e projetos junto com seus interlocutores – comunidades e movimentos sociais populares.

Nossas práticas dizem quem somos ou quem pretendemos ser

Em nossa trajetória acadêmica que soma quinze anos desenvolvemos práticas de educação popular articulada com os movimentos sociais de luta pela terra, entre as quais merece destacar:

- O trabalho integrado com as escolas itinerantes do MST: foi o projeto que deu início ao grupo e que pôs em contato MST e Universidade, desenvolvido desde 1996. Nele, procura-se dialogar com os educadores e educadoras das Escolas Itinerantes do MST, na perspectiva da troca de saberes e experiências, tendo em vista a formação continuada de todos os sujeitos envolvidos.

É notório que a educação sempre esteve entrelaçada com a luta pela terra. A retomada desta luta ocorreu em 1979 através das ocupações ocorridas principalmente no sul do país. Surge então a preocupação com as crianças acampadas que participavam do movimento. Não atendidas pela educação formal, era necessário garantir a elas o direito à educação. As primeiras experiências com as escolas nos acampamentos iniciaram com o próprio movimento, por meio de professores leigos – os primeiros educadores de uma escola em movimento. Porém, essa escolarização não era reconhecida oficialmente, o que motivou a bandeira de luta pela legalização da escola. A luta pela legalização da escola surgiu a partir do estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente ocorrido em 1995, iniciado no II Congresso Infante-Juvenil do MST. Essa proposta foi levada a Secretaria da Educação do Estado através de manifestação coletiva das crianças acampadas, o que resultou em negociação abrindo caminhos para a possibilidade de

criação oficial da escola de acampamento. Dia 19 de novembro de 1996, o Conselho Estadual de Educação do Rio grande do Sul votou e aprovou a proposta como “Experiência Pedagógica” de Escola Itinerante por dois anos, tornando-se o estado pioneiro no reconhecimento dos cursos itinerantes.

Os cursos Itinerantes passaram a atender as necessidades específicas de crianças e adolescentes dos acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul. O número dos cursos varia conforme o número de acampados. A itinerância deve-se ao fato de acompanhar o acampamento nas ocupações, marchas e caminhadas. As aulas acontecem em todos os momentos e lugares, pois os educadores atuam nas situações mais inusitadas, devido às situações nem sempre possibilitarem as condições ideais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Nosso trabalho junto as Escolas Itinerantes atendia aos seguintes objetivos: formação continuada dos educadores leigos, estabelecendo com eles uma interlocução e um diálogo baseado na troca de saberes e experiências em que todos se educam coletivamente: educadores das escolas itinerantes, professores da universidade, alunos das licenciaturas (formação inicial) e comunidades acampadas. Em 2008, mesmo com toda a luta empreendida pelo movimento e seus apoiadores, as Escolas Itinerantes foram fechadas e o estado deixou de reconhecer a escolarização promovida nos acampamentos. Com isso, as atividades do grupo também foram reformuladas e novos projetos surgiram para acompanhar as crianças em outros espaços-tempos de formação, como as escolas formais do campo.

Surgem, então, os projetos de formação inicial e continuada de educadores e educadoras das escolas do campo. Tais projetos pretendem abranger escolas vinculadas ao estado e aos municípios e, indiretamente, aos movimentos sociais do campo. Tem por objetivo contribuir para a formação contínua e permanente dos seus educadores, trocando saberes e experiências entre os sujeitos envolvidos – um dos compromissos da universidade pública, conforme estabelece seu projeto político-pedagógico (PDI). Voltados especialmente para as escolas de assentamentos ou que atendem crianças assentadas, em diversos municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul, visando suprir a demanda dos educadores dessas escolas que devido sua localização no interior dos municípios, enfrentam grande dificuldade em alcançar sua formação continuada. Busca-se, por meio de oficinas, seminários, cursos e atividades práticas, sempre

pautadas pelo diálogo e troca de saberes, valorizar a docência, oportunizar espaços-tempos para o ensinar-aprender a ser educador em realidades educacionais diferenciadas, reconhecer que são os sujeitos da comunidade escolar e reconstruir o Projeto Político Pedagógico da escola para que ele reflita o pensamento e os anseios da comunidade escolar. Para isso, questionamos: Que práticas pedagógicas tenho desenvolvido para dar voz aos sujeitos do campo? Que reconheça sua história, seus saberes, seus modos de vida e suas perspectivas para o futuro?

O projeto político-pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições [...] (VEIGA, 1998, p.13)

Os desafios do mundo rural na contemporaneidade nos levam a pensar os desafios da escola: proteção da natureza, constantemente ameaçada pela expansão da monocultura; resgate da memória, dos saberes tradicionais e do patrimônio cultural; reconhecimento e valorização do campo como espaço do trabalho e da produção da vida, espaço de luta por direitos sociais ainda negados; promoção da emancipação dos educandos e suas famílias. Assim, entendemos que se o espaço rural é complexo, híbrido, múltiplo, diverso e transescalar, a escola do campo também é, ou deve ser. Para transformar a escola no campo em Escola do Campo, devemos questionar: O PPP da minha escola reconhece a capacidade dos sujeitos do campo em (re)pensar e (re)construir seu próprio devir? Reconhece a(s) comunidade(s) onde está inserida e a(s) comunidade(s) reconhece(m) a escola?

Meurer e David (2012: p. 510) afirmam:

Todas as escolas têm um projeto pedagógico, o que as diferencia é o fato de que elas nem sempre têm refletido coletivamente com pais, alunos, professores, funcionários e comunidade. Dificilmente se explicita a quem a escola serve? O que se quer atingir por meio dela? Quais são os valores presentes na comunidade escolar? Entre outras questões. O que comumente tem ocorrido é que as escolas executam o projeto proposto, sem que se estabeleçam relações entre os sujeitos que dela fazem parte. Disso resulta uma série de fragmentações que, na maioria das vezes, dificulta a dinamicidade na reconstrução de seu projeto.

É a partir dessas reflexões que se abrem as possibilidades de resignificação das práticas pedagógicas, dando sentido ao currículo, reconectando escola-comunidade escolar. Entendemos que essa é uma das formas possíveis de frear o intenso processo de fechamento das escolas do campo, que se alastra pelo interior do Rio Grande do Sul. Em pesquisa recente Canepelle (2013) constatou que em Crissiumal, pequeno município do noroeste do estado, cuja maior parte da população ainda vive no campo, das quarenta e sete escolas situadas no meio rural, restou apenas quatro em funcionamento. Este fenômeno da educação, talvez o mais expressivo, mas ainda tão pouco estudado, ocorreu em praticamente todo o país. Segundo dados do Censo Escolar do INEP (2009), Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC), 37.776 estabelecimentos de ensino rurais foram fechados nos últimos 10 anos.

Escolas construídas pelos moradores das localidades rurais, imediatamente após a ocupação do lugar, com professores de sua própria comunidade, em geral pessoas com um pouco mais de estudo, foram gradativamente substituídas por escolas desvinculadas ao seu contexto, fortemente impactadas pelo avassalador processo de êxodo rural que culminou no encerramento de suas atividades. O prédio da escola cedeu lugar as lavouras, a salões de baile, a moradias, a agroindústrias ou a ruínas. Muitas hoje transformadas em taperas que povoam as paisagens dos campos, outrora repletas de crianças e jovens estudantes.

Acreditamos que nossos projetos caminham em sentido contrário: reestabelecer os laços entre escola – comunidades rurais, por meio de um currículo que tenha como referência o lugar – o campo em sua riqueza e diversidade, capaz de formar os homens e mulheres que nele vivem e trabalham, independente do número de indivíduos matriculados, do número de professores em serviço e do custo de seu financiamento.

A prática docente universitária resignificada a partir da experiência

Compreendemos o trabalho de ‘extensão’ como uma contribuição substancial na reflexão acerca do significado e dos valores implícitos na formação do professor. O debate no ambiente escolar e universitário contribui para o processo dialético da construção de uma educação popular. Para Freire (2002, p. 79) “na educação que seja verdadeiramente uma situação gnosiológica, não há, para o educador, um momento em

que, sozinho, em sua biblioteca [...] conheceu...”, ou seja, não há possibilidade de aprender sozinho e de forma isolada. Precisa-se estar em constante diálogo, na troca de saberes e no conhecer a realidade do outro.

Esta produção de conhecimento [...] é evidentemente orientada por considerações de caráter mais pragmático do que acadêmico. O conhecimento produzido pelas malhas deveria ser uma parte importante das próprias atividades de teorização e das agendas de investigação dos universitários. Já não estamos na situação em que alguns produzem conhecimento (universitários, intelectuais) para outros aplicarem (movimentos sociais). Actualmente, essas fronteiras estão completamente em ruptura à medida que os movimentos se transformam em produtores de conhecimento e os intelectuais são chamados a envolverem-se cada vez mais no activismo. (ESCOBAR: 2006, p. 652-653).

Nosso trabalho articula-se, também, com os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFSM, que pretendem formar professores em nível superior para a docência na educação básica; aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da educação no contexto sociocultural; desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais; formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva, favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional.

Nesse sentido, entende-se que os objetivos e metas que traçamos em nossas práticas estão em consonância com o PDI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos. Contribuindo na formação do egresso, na preparação para futura atuação profissional, sobretudo ao proporcionar o contato e a prática em ambientes educacionais diferenciados como é o caso da Educação do Campo.

Se a questão educacional brasileira precisa ser transformada, o que dizer da educação do campo? Este setor, em específico, apresenta sérios problemas, a começar pela falta de investimentos que denota pouca atenção para uma realidade diferenciada. O campo é visto como o lugar do atraso, deficiente e, em geral, os currículos das escolas não estão interligados com a sua realidade, distanciando-se ainda mais da sua própria identidade, da sua cultura. A falta de tempo disponível para interação dos educadores

com a realidade escolar também contribui para aumentar a lacuna entre teoria e prática. Faz-se necessário construir uma educação voltada para o campo que assuma a sua identidade e cultura. Isso implica em mudança de conceitos, conteúdos, valores, habilidades e atitudes por parte do educador e dos educandos, de modo que tal proposta exige espaço-tempo de reflexão conjunta, coletiva e solidária, aspecto que não ocorre de uma hora para a outra, mas exige intencionalidade, desprendimento, responsabilidade, organização, entre outros aspectos.

Concebe-se, também, que a interdisciplinaridade “impõe a cada especialista que transcenda a sua própria especialidade, seus próprios limites, para colher contribuições das outras disciplinas” (JAPIASSU, 1979, p.26). As possibilidades de troca de experiências são ampliadas quando acontecem as parcerias e os conhecimentos específicos de cada disciplina não são negados ou colocados em segundo plano, mas sim possibilitam que se colham contribuições para que o conhecimento seja ampliado porque ele é compartilhado entre todos.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade é desenvolvida através de oficinas, palestras, seminários, cursos, estágios e outras atividades integradas aos temas geradores ou planos de ação. Na perspectiva dessa metodologia, torna-se necessário à mudança de atitude, exigindo do pesquisador a mudança de concepção de educação, pois torna-se necessário o envolvimento coletivo, a pesquisa, a análise, a discussão de vivências e uma prática real e contextualizada.

Considerações Finais: O que ainda temos a aprender?

Espera-se que as ações realizadas possibilitem a qualificação dos educadores e educadoras das Escolas do Campo do Rio Grande do Sul, de ensino fundamental, efetivando um projeto de educação do campo, e não apenas no campo. Com isso, articula-se a reconstrução do projeto político-pedagógico da escola, que pressupõe o reconhecimento e valorização da sua realidade e das suas especificidades.

Esse movimento pressupõe a interlocução entre pesquisadores da Universidade e educadores do campo, diálogo este que possibilita a resignificação dos saberes, da gestão e das práticas dos sujeitos envolvidos. Nesse contexto, os conceitos relacionados às temáticas da educação do campo, educação popular, educação e movimentos sociais,

espaço e territorialidades rurais, currículo escolar e suas implicações no ensino fundamental das escolas do campo são a pauta das discussões. Além disso, espera-se que tais reflexões fomentem experiências práticas nas escolas do campo e, também, na universidade.

Nesse sentido, o desenvolvimento de oficinas, palestras, cursos e seminários de formação pedagógica aos educadores e educadoras e os estágios curriculares e extracurriculares para os acadêmicos dos cursos de licenciatura resultam em formação integral e diferenciada aos acadêmicos dos cursos de licenciatura e aos educadores e educandos das Escolas do campo. Intenciona-se que ocorra a melhoria da qualidade do ensino fundamental, promovido nas Escolas do Campo, integrando-as à realidade do espaço rural em sua complexidade e às comunidades das quais fazem parte, enriquecendo a sua leitura e escrita do mundo.

Há, ainda, muito a realizar no sentido de transformar a instituição escolar em espaço-tempo onde se articula a educação popular, independente do nível de ensino. Optamos por trabalhar na perspectiva de que formando trabalhadores em educação comprometidos com essas realidades, com esses projetos político-pedagógicos, estamos superando a educação que vem sendo desenvolvida nos vários espaços-tempos formais e não-formais, nos ambientes rurais e urbanos, em favor de um espaço-tempo de formação ocupado pelos sujeitos históricos e políticos que fazem parte dele: educadores, educandos, funcionários, pais e comunidade em geral, que assumem o compromisso de compreender as problemáticas relacionadas à terra e à escola. Com isso, acreditamos que o direito à educação terá mais possibilidade de efetivar-se.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Educacional. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, 2009.

CALDART, Roseli Salette. O Currículo das Escolas do MST. In: **Alfabetização e Cidadania**. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil. Revista n.11, Abril de 2001, p. 243-257.

CANEPELLE, Lidiane. **A educação do campo no município de Crissiumal/RS: o êxodo rural e a escola.** 2013. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Geografia Licenciatura) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MUNARIM, Antonio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 57-72, jan./abr. 2008. Disponível em:<<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a4.htm>>

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1979.

MEURER, Ane Carine; DAVID, Cesar De. O projeto político-pedagógico dos movimentos sociais: o que a educação formal tem para aprender com eles?. **Educação**, Santa Maria, v. 37, n. 3, p. 509-521, ago. 2012. Disponível em:<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/4881>>

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente.** São Paulo: Cortez, 2006. p. 639-666.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para a reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas: Papyrus, 1998. p. 9 – 32.